



---

## **Escola Superior do Ministério Público**

---

### **Portarias**

Portaria ESMP/AL nº 57 de 21 de Agosto de 2026

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ nº 20/19, resolve incluir no programa "Voluntariado do Ministério Público de Alagoas" o(a) prestador(a) de serviço voluntário DANIELA ANTONIA DE LIMA SANTOS, estabelecendo sua lotação no(a) CAOP - NÚCLEO DE DEFESA DA PESSOA IDOSA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, a partir de 03/09/2026.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Marcus Rômulo Maia de Mello  
Diretor da ESMP-AL

---

## **Administrativo**

---

### **Compras**

#### **AVISO DE COTAÇÃO Nº 30**

Nos termos do Art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, divulga-se este aviso, a valer pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, onde a Administração manifesta seu interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados no objeto abaixo, conforme especificação do Termo de Referência anexado ao processo 20.08.1319.0000588/2025-10.

OBJETO: Aquisição de equipamentos para gravação de vídeo.

Para mais informações sobre a cotação e todas as especificações, favor entrar em contato pelo e-mail: [compras@mpal.mp.br](mailto:compras@mpal.mp.br).

Maceió, 21 de Agosto de 2026.

DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO  
Setor de Compras

---

## **Promotorias de Justiça**

---

### **Portarias**

#### **Ministério Público Estadual 14ª Promotoria de Justiça da Capital - Fazenda Pública Municipal**

Procedimento Preparatório Nº 06.2026.00000352-9

"Sabemos que Deus age em todas as coisas para o bem daqueles que o amam, dos que foram chamados de acordo com o seu propósito." Romanos 8:28

#### **Portaria Nº 0007/2026/14PJ-Capit**

A 14ª Promotoria de Justiça da Capital - Fazenda Pública Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 8º, §1º, da Lei Nacional nº 7.347/85; artigos 25, I, "b", e 26, I, da Lei Nacional nº 8.625/93 e artigo 2º, §4º, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, da lavra do Conselho Nacional do Ministério Público,